



A ABOLIÇÃO DA MISÉRIA: DESAFIOS DO SÉCULO XIX NO SÉCULO XXI¹

THE ABOLITION OF MISERY: CHALLENGES OF THE 19TH CENTURY IN THE 21ST CENTURY

John D. French²

Resumo: O autor apresenta um panorama histórico sobre a escravidão em São Paulo e a crise que levou à sua abolição tardia no Brasil, a partir da historiografia nacional. Para tanto, o texto parte de uma visão patriótica brasileira surgida quase um século antes, no século XIX, em um momento de crise política e transição socioeconômica igualmente notáveis. A análise é focada nas últimas décadas do Império, quando surgiu uma geração de intelectuais reformistas, destacando o pensamento e a trajetória dos irmãos Rebouças, André e Antônio.

Palavras-chaves: Abolição. Miséria. Império. Intelectuais. André Rebouças. Antonio Rebouças.

Abstract: The author presents a historical panorama on slavery in São Paulo and the crisis that led to its late abolition in Brazil, based on national historiography. To do so, the text starts from a Brazilian patriotic vision that emerged almost a century earlier, in the nineteenth century, at a time of equally remarkable political crisis and socioeconomic transition. The analysis is focused on the last decades of the Empire, when a generation of reformist intellectuals emerged, highlighting the thinking and trajectory of the brothers Rebouças, André and Antônio.

Keywords: Abolition. Misery. Empire. Intellectuals. André Rebouças. Antonio Rebouças.

1 Introdução

O historiador está com frequência “fora do lugar” quando trata das questões políticas contemporâneas, ainda mais em se tratando de um brasileiro estrangeiro como é meu caso. Ao mesmo tempo, sempre acreditei que todos os povos do mundo têm o direito de acertar e errar na condução da sua própria vida política e suas práticas públicas. Sendo estadunidense, com uma eleição à frente, busco refletir com humildade uma vez que nosso exemplo mostra que sabedoria e equilíbrio político não andam em paralelo com os níveis de riqueza, educação, ou poder de um determinado país. Depois de receber o convite de Dr. Júlio Pinto para participar desta conferência, encontrei-me tomado de dúvidas sobre como abordar a crise política brasileira e os recentes projetos de mudanças sociais, assim como em refletir sobre projetos para o futuro deste Brasil

¹ Tradução de Marcelo Nogueira.

² Doutor pela Yale University e professor de História da Universidade de Duke (jdfrench@duke.edu).

que se anuncia. Seguindo minha intuição, o mais correto agora seria recorrer ao exemplo de minha orientadora brasileira, cuja presença em minha vida remonta ao ano de 1974. Eu tinha 21 anos de idade quando a conheci, ainda estudante de graduação no Amherst College. A mesma professora serviria mais tarde como orientadora em minha tese de doutorado na Universidade de Yale, defendida em 1985. Ainda hoje vejo como sua obra exerce uma grande influência em meu pensamento acerca do Brasil.

A paulistana Emília Viotti da Costa, hoje contando seus 89 anos de idade, conquistou seu lugar entre os grandes nomes da historiografia surgida no Brasil ao publicar, em 1966, o livro “Da Senzala à Colônia” (1966, 2012). Um estudo brilhante sobre a escravidão em São Paulo e a crise que levou à sua abolição tardia no país. Emília Viotti fez parte de uma geração notável de acadêmicos ligados à USP, tendo estado entre os 57 professores aposentados de maneira compulsória e arbitrária pelo regime militar em 1968 (ADUSP, 1979). Em seu caso específico, sofrendo um processo militar de inquérito que a levou a deixar o país com destino aos Estados Unidos em 1970. Nas décadas posteriores, se a disciplina de história em terras brasileiras saiu perdendo com sua ausência, faz-se necessário observar que sua presença intelectual em Yale causou um impacto extraordinário no aprofundamento dos estudos latino-americanos entre intelectuais do hemisfério norte. Nesse sentido, ainda que décadas após sua aposentadoria de Yale nos anos 1990, seu legado e influência podem ser medidos na constatação de que cinco dos dez melhores programas de pós-graduação em História da América Latina nos Estados Unidos são chefiados por acadêmicos que trabalharam com ela.

Cabe sublinhar que a geração de Emília Viotti testemunhou em sua adolescência a abertura política ocorrida após o fim do Estado Novo, despontando para sua maturidade intelectual e profissional quando do golpe militar que eclodiu em 1964. Na introdução de seu segundo livro (uma coletânea de ensaios sobre o Império, publicada primeiramente no Brasil em 1977 e mais tarde reescrito por ela em inglês), Emília explicou que sua inspiração, uma vez que investida em repensar o Brasil a partir do século XIX, surgira da tentativa de compreender o golpe militar. Em especial, o fato de que o apoio à quebra das regras democráticas que recebeu cobertura expressiva da sociedade brasileira tenha se originado exatamente na opinião pública liberal e ilustrada (VIOTTI DA COSTA, 1977, p. 17; 2000, p. xvii).

À época, o golpe foi justificado com base em denúncias de corrupção e urdidadas sob a herança da demagogia getulista, levadas a cabo por pessoas que desconfiavam dos resultados eleitorais adversos e, em especial, quanto ao crescimento do PTB. Eles acreditavam que poderiam confiar em uma instituição de Estado (no caso de 1964, o Exército) para assim “consertar” o país, modernizar a economia, acabar com os vícios de um sistema político corrompido e, assim, garantir um futuro melhor para a nação. Para tanto, estavam dispostos a aceitar a violação da democracia e sujeitar a sociedade da qual faziam parte à tutela dos militares. Igualmente, a imensa maioria dos integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado, juntamente com o Poder Judiciário, deram

benção à deposição do Presidente João Goulart, para pouco depois, em 1968, serem obrigados a reconhecer seu erro em face da promulgação do AI-5. Para mim, neste cenário, o exemplo mais interessante ainda é o caso de Carlos Lacerda, a figura mais famosa e paradigmática entre os golpistas civis: um ex-esquerdista e autoproclamado homem de direita liberal cujo maior mérito histórico foi assumir publicamente, em 1967, o seu erro de julgamento ao apoiar o golpe (chamado de “revolução” nos idos de 1964).

2 Visão patriótica brasileira

Aqui, porém, quero tratar do que entendo como uma visão patriótica brasileira surgida quase um século antes, no século XIX, em um momento de crise política e transição socioeconômica igualmente notáveis. Tratava-se de uma tentativa reformista de diagnosticar os desafios de então, visando a construção de um Brasil para todos, em consonância com a imensa capacidade de um país com tamanha dimensão e recursos humanos e naturais. Nas últimas décadas do Império, há mais de 125 anos, surgiu uma geração de intelectuais reformistas — advogados, médicos, escritores e engenheiros — dentre os quais muitos chegaram a se destacar como astros da política e da vida intelectual e cultural da Primeira República. Dentro daquele panorama, destaco o pensamento e a trajetória de uma figura menos conhecida no Brasil do que, acredito, deveria ser — sobretudo dentro dos ambientes acadêmicos ainda hoje majoritariamente ocupados por brancos num país multirracial. Não acredito que seja suficiente o fato de que seus nomes tenham sido homenageados em uma avenida da cidade de São Paulo e, no Rio de Janeiro, os cariocas transitem por um túnel que leva seu nome e de seu irmão. É preciso observar mais de perto quem foram e o que representam historicamente. Falo de André Rebouças e seu irmão Antônio, ambos engenheiros de grande talento, com aspirações grandiosas e vidas profissionais, intelectuais e culturais de destaque. Ambos brasileiros e mulatos, no apagar das luzes do Brasil Império.

Antônio morreu antes da abolição da escravidão, já André silenciou de todo alguns anos depois. Estava desiludido com a chegada de uma República que entendia como oportunista e escravagista em sua origem, e cuja legitimidade ele jamais aceitou. Isso explica, em parte, o porquê de os irmãos Rebouças não terem ocupado o espaço ao qual mereciam; não apenas dentro do panorama intelectual e político brasileiro da Primeira República, mas também na história do Brasil como um todo. Embora os Rebouças tenham sido reiteradas vezes reivindicados pelos ativistas negros, o mais comum foi a utilização dos seus nomes por brancos interessados em atestar ideais de uma democracia racial: um homem auto identificado como mulato, mas com “alma branca”, dada sua formação intelectual e sua experiência europeia. Enfim, uma pessoa cuja importância ressalta no entrecruzamento de sua genealogia com seu status peculiar, tal mosca pousada no leite da classe dominante, excessivamente branca à época da escravidão.

Outros conhecem o nome de André como abolicionista e, possivelmente, como

“reformador social”, mas a grande maioria de brasileiros, incluindo os intelectuais, sabem pouco sobre sua trajetória de vida e sobre o desenvolvimento do seu pensamento. Por sorte, muito encontra-se documentado, com riqueza de detalhes, em seus abundantes escritos profissionais como engenheiro, professor da Escola Polytechnica do Rio ou ainda como jornalista militante. Somam-se 19 cadernetas com diários escritos entre 1863 e 1889, além de nove volumes de correspondências (1873-1891), acrescidos das correspondências e anotações feitas no exílio, até sua morte em 1898 em África (REZENDE CARVALHO, 1998, p. 17).

3 Rebouças

A minha impressão é que nossa compreensão do Brasil estará incompleta — como foi sugerido em cinco livros brasileiros e estrangeiros publicados sobre Rebouças entre 1985 e 2005—até que compreendamos a visão dilacerante deste neto de um alfaiate português que casou com uma negra baiana, liberta da escravidão no século XVIII, e cujo filho, pai de André, foi um prócer da independência do Brasil no estado da Bahia em 1822, vindo depois a tornar-se político de algum destaque no Império (SPITZER 1989, 2001; GRINBERG, 2002). Educados no Rio de Janeiro e formados como engenheiros pela Escola Militar em 1860, os irmãos Rebouças passaram quase dois anos viajando e fazendo estudos avançados na Europa. De volta, chegaram a participar em campanhas na guerra do Paraguai, embora André tenha sempre odiava militarismos, chegando a defender a extinção de exércitos e armadas (SANTOS, 1985). Os dois foram, na década de 1870, os engenheiros brasileiros mais bem preparados do Império. Professor e jornalista, André virou nos anos de 1880 um dos líderes abolicionista mais importantes do país (REZENDE DE CARVALHO; SANTOS, 1985; SPITZER, 2001).

Embora oriundo de uma família da elite — não exatamente pela riqueza financeira, mas sobretudo pela natureza dos relacionamentos conquistados — este brasileiro descendente de africanos escravizados se sentia ultrajado, como patriota brasileiro, com o fato de que o nome do continente americano estivesse indissolúvelmente ligado “ao monstro da escravidão”. Diria ele: “mas é verdade que gerações de piratas e saqueadores europeus, que davam valor apenas ao ouro e à prata, destruíram a população indígena do Novo Mundo, e então introduziram os africanos como um gado humano”. Todos aqueles que se beneficiaram desta história de exploração, ele declarou, deveriam sentir remorso por esses crimes, “por ter aprisionado, no mais belo continente criado por Deus [uma das] raças mais nobres e mais antigas do Velho Mundo” (SANTOS, 1985, p. 104).

Nos anos de 1880, Rebouças era um dos principais articuladores do movimento abolicionista e investiu boa parte de sua modesta fortuna no financiamento de um jornal que aticava as chamas do primeiro movimento social de massas com bases verdadeiramente urbanas. Imbuído de uma visão democrática de futuro para o Brasil, Rebouças atacou não apenas a escravidão, mas, especificamente, a sua origem na instituição do monopólio latifundiário, que

deixava, segundo ele, “milhões e milhões de brasileiros sem nem mesmo uma nesga de terra para nela fincar os postes de uma choupana”. Em todos os seus escritos, este grande crítico social sempre enfatizou a conexão inescapável entre opressão racial, o “injusto, iníquo e imoral” monopólio da terra e a exploração econômica. “Devemos nivelar este belo Brasil”, declarou, de forma a acelerar o advento de uma “Democracia Rural” que permitisse a este vasto país atacar a miséria na qual a maior parte da população brasileira se encontrava, incluindo até mesmo aqueles que eram legalmente livres, mas escravizados, segundo ele, pelo “salariação forçado” de soldos irrisórios (SANTOS, 1985, p. 104, 144).

Falando sobre empregadores mesquinhos, Rebouças condenou a “aversão [brasileira] em pagar salários justos e... [a recusa da] distribuição igualitária” da riqueza, oriunda segundo ele, da “escravidão e da servidão” que há muito era praticada no Brasil (SANTOS, 1985, p. 359). Para André, os horrores da fome, da doença, e da morte prematura eram “os filhos da Miséria; eles são os frutos do parasitismo das raças superiores por vários séculos, passando por cima do trabalho, deixando as pessoas à míngua por seu cansaço e fome” (SANTOS, 1985, p. 93). Para este patriota brasileiro:

A extinção da escravidão levou o problema da Abolição da Miséria ao primeiro plano. O Escravagismo era uma grande máquina de produzir proletários e miseráveis. Foi ele quem tornou possível, durante três séculos, o monopólio territorial mais monstruoso já visto sobre a superfície do globo. Esse monopólio produziu a Miséria Urbana, sem chão, sem ar, sem luz, acumulada em pocilgas; mendigando durante o dia e dormindo à noite em monturos humanos, foi ele quem produziu a Miséria Rural, sem terra, sem salário, sem compensação alguma, sem a mínima ideia de justa e equitativa distribuição entre o capital e o trabalho (SANTOS, 1985, p. 349).

Para pessoas que hoje se declaram de ideologia “liberal” ou da “nova direita”, tais palavras de André Rebouças — proféticas no meu entender — recenderiam a um “esquerdismo barato” e simplista. Algo que veriam como típico do MST ou do PT em sua fase heroica, com sua divisão demagógica do povo brasileiro entre massas e elites, dominados e dominadores, vítimas e vitimizadores. Mas André Rebouças não era, de maneira alguma, o que poderíamos chamar de “um homem de esquerda”, mesmo nos seus momentos mais exaltados. Antes, era um homem de uma certa vertente de liberalismo — baseado no trabalho livre e ancorada na pequena propriedade — que não chegou a prosperar no Brasil escravagista, dominado pelo clientelismo e pelos ideais aristocráticos. A evolução de seu pensamento é ainda mais impressionante quando se sabe que este adepto de Adam Smith era um homem de negócios que não apenas idealizou, mas tentou praticar a “livre iniciativa” em um império dominado por manobras políticas, favorecimentos clientelistas e grossa corrupção. Apoiou com entusiasmo o livre comércio, colocando-se contra o protecionismo centralizador de poder durante o Império, uma vez que o Estado, em sua visão, “tem aversão orgânica nata contra empresas e empresários na realização de obras de utilidade pública” (SANTOS, 1985, p. 108, 540, 542; REZENDE DE CARVALHO, 1998, p. 131, 140, 157). O Brasil Império, segundo Rebouças, foi um lugar onde “os felizes são [os] políticos; os

infelizes empregados públicos; [e] o resto pertence a uma classe anônima cujos direitos e cujas garantias é impossível definir” (REBOUÇAS, 1988, p. 358).

Rebouças acreditava que o crescimento das forças produtivas do Brasil seria fundamental para o futuro do país. E a proposta dele, nos anos de 1870, era a adoção do modelo viril e democrático *yankee* na organização de uma sociedade capitalista no Brasil (REZENDE DE CARVALHO, 1998). Depois de acabar com a escravidão — diga-se, bem antes que o Brasil — a mitologia da sociedade norte-americana fundada em eleições feitas com maior participação pública do que em outros países nas américas ou na Europa, foi baseada numa idealização do trabalho (incluindo os trabalhos manuais) como digna fonte da riqueza da sociedade. Era uma utopia de *self-made men* que Rebouças tomou para si, oriunda de uma sociedade estadunidense que sempre recusou distinções aristocráticas, pregando a mitologia da mobilidade social dos subalternos (VIOTTI DA COSTA, 1977; REZENDE DE CARVALHO, 1998). O ideal de Rebouças não era a Inglaterra monárquica, tão amada pela pseudo-aristocracia brasileira, mas os Estados Unidos constituído de plebeus, que julgam as pessoas segundo suas capacidades e suas ações de resultados práticos. Os seus heróis liberais eram mais Benjamin Franklin e Abraham Lincoln do que os liberais aristocráticos da Inglaterra, ou mesmo os pensadores franceses onde os ideais liberais saíram “do Terror e do militarismo de Napoleão” (REZENDE DE CARVALHO, 1998, p. 157, 185; SANTOS, 1985, p. 513).

No entendimento da historiadora Maria Rezende de Carvalho, a prática de Rebouças como engenheiro foi, para além de sua competência técnica, baseada em uma visão cosmopolita, combinada com um ideal de “associativismo entre indivíduos autônomos” (leia-se “companhias privadas”) e “um individualismo radicalizado e heroico” (REZENDE DE CARVALHO, 1998, p. 131, 120-121). O engenheiro odiava a letargia, a inércia e a rotina de um sistema centralizado na corte e seu vai e vem de políticos, medalhões de gabinete incapazes que, em sua opinião, fracassavam em estimular iniciativas inovadoras ou mesmo pensar o país como um todo. Contudo, uma década de atividade deixou o engenheiro desiludido. Ao todo, Rebouças lançou 13 projetos — de estradas de ferro, docas e sistemas de água e esgoto — mas apenas dois saíram do papel: as docas da Alfândega e as docas do Rio (REZENDE DE CARVALHO, 1998; SANTOS, 1985). Além de mais um êxito — ainda que parcial, uma vez que póstumo, tendo sido posto de lado depois de quase ter acontecido em seu tempo — com o planejamento do sistema de abastecimento de água para o Rio de Janeiro. Quando eventualmente foi construído, adotaram a proposta de Rebouças que incluía a captação das águas de Tinguá na Baixada Fluminense (lugar que teve a honra de visitar com um grupo de jovens estudantes muito recentemente) e que ainda hoje segue funcionando, embora fechado à visitação pública (SANTOS, 1985). Dentre as inúmeras derrotas que sofreu, podemos creditá-las, em sua maioria, à politicagem barata de época, mas também aos ataques racistas que sofrera, como quando de um poema anônimo publicado sob o título de “Pai feitiço e pai quimbombo” (REZENDE DE CARVALHO, 1998, p. 65).

Em conclusão, Rebouças defendia que “o legislador” brasileiro, motivado por “inveja e ciúmes”, não servia para colocar o país “nos trilhos”, ficando na maioria das vezes mais como “um instrumento de aviltamento de homens e da desorganização social” (REZENDE DE CARVALHO, 1998, p. 131, 169). Frustradas as suas tentativas de contribuir para o futuro material do país, Rebouças passou a ocupar-se fundamentalmente de suas atividades como professor e jornalista (REZENDE DE CARVALHO, 1998; SANTOS, 1985). Nas décadas posteriores ao triste fim da Reconstrução Radical nos Estados Unidos em 1877, que deixou os ex-escravos a sua sorte nos estados sulistas, Rebouças reconheceu em sua idealização dos Estados Unidos um equívoco de juventude. Chegando mesmo a escrever em seu diário que esses eram uma “enorme Catargo que extermina índios, negros, e italianos como se fossem cães danados” (REZENDE DE CARVALHO, 1998, p. 64).

Nas suas pesquisas, tratou de aprofundar a análise dos obstáculos que limitavam a implantação do ideal liberal sempre definido por ele como “o dogma da Trindade Democrática: Liberdade, igualdade e fraternidade” (SANTOS, 1985, p. 104). Citou assim o lema clássico da Revolução Francesa, mas recusando soluções jacobinas e sem adotar formulações socialistas. Para ele, a solução dos problemas do Brasil seria a distribuição em massa de propriedades privadas para os sem-terra, que aumentavam em números cada vez maiores. Desse modo, Rebouças cria que se veria a renda familiar e nacional aumentando, nutrindo o patriotismo das massas naquilo que entendia como uma sociedade agrária e violentamente desigual (REZENDE DE CARVALHO, 1998; SANTOS, 1985).

Para Rebouças, a Lei Aurea de 13 de maio de 1888, que aconteceu “sem ferro, sem fogo, e sem sangue”, era fruto da “abnegação evangélica” dos abolicionistas. “Afinal conseguimos conquistar, um a um, o militarismo, o parlamentarismo, a teocracia e a monarquia” e a abolição foi recebida “na maior expansão de alegria e do contentamento; entre gritos de júbilo; em um delírio de entusiasmo, que dez dias de festa não puderam satisfazer... Jubileu de Redenção e de Reparação; de Liberdade e de Igualdade como jamais viu a Família Humana!” (REBOUÇAS, 1988, p. 78). Também foi brilhante em sua polêmica contra os escravocratas, exigindo indenização pela perda da sua propriedade privada:

Não há indenização possível e caso queiram fazer, vamos então procurar à força, dá-la ao velho depauperado, vamos cavar os túmulos para entregar os filhos assassinados às mães extorquidas; vamos procurar virgindades para dá-las às crianças que foram violentadas barbaramente na hora prematura em que mal abriram os olhos para o amor. Os fazendeiros pedem dinheiro — os negros pedem vida roubada” (SANTOS, 1985, p. 101).

Um ano depois do fim do “crime tri-secular” da escravidão” (SANTOS, 1985, p. 350), Rebouças ficou furioso com a chegada de uma República cheia de “ambiciosos vulgares e de escravocratas despeitados”, além de monarquistas desleais (SANTOS, 1985, p. 94). Apoiador da “Monarquia Popular e Democrática” idealizada pelo abolicionista Joaquim Nabuco, ele condenou

a nova ordem como uma:

República egoísta, plutocrática e oligarca: gerada pelo despeito, pelo ódio, pela raiva; pelo furor da vingança; pela ambição do mando e do poder; pelo prurido de tirania e despotismo; pela cobiça vil de dinheiro; pelo parasitismo insaciável sobre raças infelizes; sobre africanos e sobre chinos; sobre os próprios brasileiros, deturpados pela miséria e pela subserviência; sobre caboclos e caipiras; sobre moradores, foreiros e residentes; outrora comensais, guardas-nacionais, espoletas eleitorais, mandatários de assassinatos, servos de gleba; prontos a morrer e matar, ao aceno de tenentes-coronéis e dos barões feudais da aristocracia-territorial-negreira; do poderoso elemento da propriedade rural (SANTOS, 1985, p. 93).

Explicou seu ceticismo extremo em relação a nova ordem política uma vez que “não era somente a exploração do negro que era desumana e atroz; todo o mecanismo em que funcionava o *Poderoso Elemento de Propriedade Rural* era imoral e iníquo; inteiramente feudal e bárbaro”. Todo mundo, dizia, sabe que era “mais fácil democratizar um rei ou uma rainha do que uma assembleia de opulentos proprietários” (SANTOS, 1985, p. 98).

André Rebouças não foi o único intelectual do fim do século XIX que falou da falsidade e das falhas morais e sociais da Primeira República, sentindo-se traído em suas esperanças depois de abolida a escravidão. Na introdução do seu livro sobre o Império, Emília Viotti, em 1977, citou as palavras do crítico literário Sílvio Romero de 1893, onde esse denunciava as elites à época, acusando-as como incapazes de fundar no Brasil “uma república democrática livre”. Falou do seu “desdém pelo povo, declarando-o incompetente para fazer a escolha de seus representantes políticos” numa tentativa “desairosa e extravagante” de dividir a nação em dois grupos: “de um lado os privilegiados, possuidores das luzes e da dignidade moral, de outro lado os ineptos e viciados, incapazes de qualquer política acertada”, e que precisam de uma “eterna tutela”. Escrevendo treze anos depois do golpe de 1964, Emília observou que “o fato que essas palavras enunciadas nos primórdios da República possam ser endossadas por um radical de nossos dias revela que, apesar das profundas transformações que a sociedade brasileira atravessou no século vinte, alguns problemas fundamentais não foram resolvidos” (VIOTTI DA COSTA, 1977, p. 16-17).

4 O futuro, o presente e o passado

Para fazer um futuro diferente, como dizia o romancista estadunidense William Faulkner, é necessário reconhecer que o passado não está morto e nem mesmo é passado (*The past isn't dead. It isn't even past*); ele permanece vivo no presente. Visto como um todo, a liderança do Brasil sempre permaneceu — da colônia à independência, da escravidão à liberdade, da Monarquia à República, da Ditadura à Nova República — nas mãos das classes dominantes e da minoria ilustrada que servia aos seus interesses. O Brasil ainda permanece profundamente marcado pelas poderosas tradições autoritárias nutridas por trezentos e cinquenta anos de escravidão africana. A classe dominante do país tem sido incrivelmente bem-sucedida na proteção

de seus privilégios e na conservação de sua extraordinária concentração de riqueza, mantendo o Brasil na terceira pior colocação entre 150 países no que diz respeito à distribuição de renda. O capitalismo brasileiro, ainda hoje, existe dentro de uma rede de práticas clientelistas, que por sua vez se acha dentro de um sistema político transacional com pouco ou nenhum respeito ao bem público. Nisso, nos dias de hoje não há nenhuma diferença entre o mundo dos bacharéis da política e o do judiciário. Neste momento atual de balbúrdia acerca da corrupção no país – fenômeno que há séculos compõe o sistema brasileiro –, é importante abrir o debate além do óbvio, para fazer perguntas mais profundas sobre as origens estruturais da falta de coerência na política partidária e da desonestidade sistemática no tratamento dos bens públicos.

Na sua obra clássico de 1948, Victor Nunes Leal fez observações mordazes e ainda hoje corriqueiras sobre “a multiplicidade de alianças” espúrias nas eleições mais recentes; o fato que as legendas sejam apenas “rótulos destinados a atender a exigências técnico-jurídicas do processo eleitoral”; e que a política é um jogo baseado “na utilização de dinheiro, dos serviços públicos, como processo usual de ação partidária” numa “zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetro em cheio no domínio da delinquências” (LEAL, 1948, p. 177-178, 23). Ainda hoje, os compromissos políticos no Brasil “não são assumidos à base de princípios políticos, mas em torno de coisas concretas” em um troca-troca de barganhas escusas entre o Executivo e o Legislativo (LEAL, 1948, p. 24).

Há pessoas no Brasil de hoje que pregam o fim da corrupção no país através de um Judiciário messiânico, com perseguição parlamentar, policial, e jurídica dos “malfeitores” presentes na ordem do dia. Mas Leal, futuro membro do STF e odiado pelo regime militar, reconheceu que “a mácula da corrupção, vertebrada pelos estudiosos das nossas instituições, atravessa toda a história [brasileira] com o relevo de uma cordilheira”. Geração após geração, segundo ele, críticos atribuíram “os defeitos do nosso regime representativo a fatores de ordem puramente ou predominantemente políticos [ou morais]... [e] quase sempre se desviava dos fatores econômicos e sociais, mais profundos que eram e ainda são responsáveis “pelo falseamento intrínseco da nossa representação”. Insistiu que a solução não chegaria por meio do “aperfeiçoamento da legislação”, da mobilização da magistratura ou do antigo e ainda hoje repetido lema da moralização da vida pública. Para ele isso terminava na maioria das vezes no antigo “mandonismo” que se manifesta na perseguição aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos pau” (LEAL, 1948, p. 174-175, 177, 183, 23-24).

As raízes mais profundas, segundo Leal e em consonância com Rebouças, podem ser encontradas no fato de que são “legítimos herdeiros do sistema colonial da grande exploração agrícola... [e] a libertação jurídica do trabalho não chegou a modificar profundamente esse arcabouço, dominado, ainda hoje, grosso modo, pela grande propriedade e caracterizado [...] pela sujeição de uma gigantesca massa de assalariados, parceiros, posseiros e ínfimos proprietários em relação à pequena minoria poderosa em relação aos seus dependentes” (LEAL, 1948, p. 183).

Mesmo hoje em dia, num país altamente urbanizado, os traços da desigualdade herdada podem ser vistos numa cultura autoritária avessa à igualdade, onde as classes dominantes não tinham (tanto à época quanto hoje, concluo) “a menor ideia de uma distribuição igualitária e justa” da riqueza (SANTOS, 1985, p. 349).

Embora André Rebouças tenha abordado os problemas do Brasil com uma clareza surpreendente, a tragédia da sua vida e o esquecimento ao qual submergiu residem no fato de que no Brasil daquele tempo não havia contraponto organizado ao poder dos ricos e abastados. Apesar de seu entusiasmo juvenil com a Revolução Francesa, Rebouças era um reformista teórico avançado, porém sem tropas de choque. Dentro da situação precária em que se encontrava em relação às elites da sociedade escravocrata do Império, foi impossível conceber ou executar uma política abolicionista de luta de classes em massa sem criar dificuldades para conseguir o almejado objetivo do fim da instituição. Como assegurou publicamente, dizendo que “jamais nos envolvemos com os escravizados” e recusou o exemplo dos membros do movimento abolicionista que “mancharam-se como papa-pecúlios, como incendiários de canaviais, como excitadores dos fuzilamentos de Cubatão” (PESSANHA, 2005, p. 68).

Isso não significa que Rebouças tenha sido um traidor, nem um conciliador. Foi sim um crítico feroz das famosas leis de emancipação que estavam sendo louvadas como exemplos de atitudes avançadas e paternalistas da classe dominante. Para ele, a libertação dos escravos através da Lei do Ventre Livre e dos sexagenários foi uma emancipação falsa. A primeira foi criticada como “uma lei falha e manca, triste e arrastadamente executada”. E a segunda foi descrita como uma “lei mesquinha, vergonhosa, infame mesmo”, que mataria um grande número de escravos (PESSANHA, 2005, p. 55-56). De seu ponto de vista, as chamadas reformas esclarecidas de juristas e ‘estadistas’ não eram suficientemente radicais em suas propostas.

5 A herança de André Rebouças

A luta para a construção de uma nação mais igualitária, com um governo decente e honesto, iria se estender ao longo do século vinte, com algum progresso tendo sido alcançado com o reconhecimento da “dívida social”. Primeiro por parte do Estado à época de Getúlio Vargas, depois com a Constituição Brasileira cidadã de 1988, formulada após o fim da ditadura militar. Esta última tendo sido marco importante quanto ao reconhecimento do nobre objetivo de abolir a miséria e estender o bem-estar e a felicidade à maioria da população. Felizmente, podemos dizer que o Brasil do século 21 finalmente conseguiu atuar de forma a amenizar a fome e miséria com a chegada de Lula na presidência, colocando um ex-operário e dirigente sindical no centro do jogo político em nível nacional, juntamente com seus aliados sociais politicamente organizados. Mesmo que aqueles grupos reformistas fossem, como é notório, politicamente minoritários em meio a um parlamento dominado pelos mesmos membros das oligarquias históricas, orientadas à manutenção de seus interesses mesquinhos e fisiológicos, além dos

escusos interesses de poderosos grupos econômicos da agricultura, da indústria, e do mercado financeiro.

Em verdade, aquilo que finalmente foi conquistado nesta primeira década do século 21 – a saber: o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e outras iniciativas em vista do aumento da mobilidade social, dirimindo o infortúnio dos mais pobres — deveria ter acontecido muito antes, mas jamais foram implementadas medidas nesse sentido. Foram ignorados os interesses da maioria do povo sem-terra, sem teto e, como um todo, sem esperança (FORTES; FRENCH, 2012). A criação de um Brasil mais decente — o que não necessariamente significa dizer um país socialmente e racialmente mais justo, ou mesmo mais honesto — representa verdadeiro progresso e uma vitória importante das classes humildes e trabalhadoras. Nesse sentido, compartilho do julgamento referente à “Era Lula” oferecido pelo historiador inglês Perry Anderson, antigo conhecido do Brasil desde o começo dos anos 1960: “Como período da política econômica brasileira, ele pode ser visto como contíguo ao de Cardoso, um desenvolvimento a partir da mesma matriz. [Mas] visto como processo social, por outro lado, [...] marcou uma ruptura perceptível” com o passado do Brasil. Atento às ambíguas dinâmicas antropológicas da política eleitoral, Anderson aponta a colossal especificidade do caso brasileiro: “o peso bruto eleitoral dos pobres, contraposto ao peso bruto da desigualdade econômica, para não falar da injustiça política, faz do Brasil uma democracia distinta de qualquer sociedade no Norte, mesmo aquelas em que as tensões de classe foram uma vez mais acentuadas, ou o movimento operário mais forte. A contradição entre essas duas magnitudes mal começou a se processar” (ANDERSON, 2011b, p. 12; ANDERSON, 2011b).

A resistência a tais mudanças que testemunhamos é o preço pago em virtude de tais avanços. Que tem pouco ou nada a ver com os costumeiros slogans, vazios de significados, que pregam a “luta contra a corrupção”. Isso não é, e nem deveria ser, de forma alguma uma surpresa, dado o preço pago por Getúlio Vargas, que morreu sevidado, isolado e sem o apoio necessário para evitar as manobras políticas antidemocráticas que sofrera. Manobras que no tempo de seu segundo governo se deram em forma de uma cruzada contra si, acusado de figurar à frente do que fora descrito como um “mar de lama” de corrupção. É tarefa para pessoas de boa vontade conduzir a atenção do Brasil de volta para essas aspirações profundas e historicamente enraizadas, especialmente em momentos em que a autoestima de seu povo se encontra tão abalada. Não será fácil, nem rápido, restaurar a confiança em “um Brasil novo”, onde “um outro mundo é possível”; certamente será preciso contar com o esforço conjunto de todos para não deixar o país cair no vazio de politicagem.

6 Conclusão

Vou terminar com uma observação bem *yankee* de um cidadão estadunidense negro, cuja trajetória foi inspiração para a visão *yankee* de André Rebouças. Frederick Douglass nasceu na

condição de escravo, mas escapou. Fugiu para o norte do país onde se fez jornalista e articulador do movimento abolicionista norte-americano. Depois da Guerra Civil virou uma figura importante no Partido Republicano, além de embaixador de seu país. Em uma oração de 1857, Douglass reconheceu que o caminho à frente seria difícil, mas enfatizou que a chave da questão se encontra na “luta”. “A história do progresso da humanidade mostra que todas as concessões feitas até agora às suas augustas reivindicações nasceram da luta séria. [...] Se não há luta, não há progresso. Aqueles que se declaram a favor da liberdade e, ainda assim, rebaixam a mobilização, são homens que desejam a colheita sem arar a terra, que querem a chuva sem o trovão e o raio. Querem o oceano sem o rugir terrível de suas muitas águas. A luta pode ser moral, ou pode ser física, e pode ser tanto física quanto moral”, e conclui, “mas tem que ser uma luta. O poder não concede nada sem exigências. Nunca o fez e nunca o fará” (DOUGLAS, 1979, p.1853).

Referências

- ANDERSON, Perry. Lula's Brazil, **London Review of Books**, v. 37, n. 7, p. 5-12, Mar. 2011a.
- ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**, n. 91, p. 23-52, 2011b. (Versão do artigo no London Review of Books)
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (ADUSP). **O livro negro da Usp: o controle ideológico da Universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- DOUGLAS, Frederick. The significance of emancipation in the West Indies: a speech in Canandaigua, New York, August 3, 1857. In: BLASSINGAME, John W. (org.). **The Frederick Douglass papers**. Series one: speeches, debates, and interviews, Volume 3: 1855-1863. New Haven: Yale University Press, 1979, 204p.
- FORTES, Alexandre; FRENCH, John D. A “Era Lula”, as Eleições Presidenciais de 2010 e os desafios do Pós-Neoliberalismo. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, v. 24, n. 1, p. 201-228, 2012.
- FRENCH, John D. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FRENCH, John D. **Drowning in laws: labor law and Brazilian political culture**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.
- GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1948.
- PESSANHA, Andéa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças**. Rio de Janeiro: UNI-ABEU, 2005.
- REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional: estudos econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática setembro de 1874 a setembro De 1883**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.
- REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. **O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan; IUPERJ; Universidade Candido Mendes, 1998.
- SANTOS, Sydney M. G. dos. **André Rebouças e seu tempo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.
- SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio: Assimilação e Marginalização na Austria, no Brasil e na Africa Ocidental, 1780-1945**. Rio de Janeiro: EdUERJ : Universidade Cândido Mendes, 2001.

SPITZER, Leo. **Lives in between**: assimilation and marginality in Austria, Brazil, West Africa, 1780-1945. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da senzala à Colônia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.